



Número: **0815333-95.2019.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **20ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **05/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
WALDEBAM OLIVEIRA CRUZ (AUTOR)		JANAYNA MARIA ALVES BEZERRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
42110 227	22/04/2019 10:34	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
42110 407	22/04/2019 10:34	<a href="#">WALDEBAM OLIVEIRA CRUZ</a>	Outros documentos
42110 427	22/04/2019 10:34	<a href="#">Procuração</a>	Procuração
42110 495	22/04/2019 10:34	<a href="#">Protocolo de DPVAT Administrativo</a>	Outros documentos
42110 519	22/04/2019 10:34	<a href="#">Ficha de encaminhamento</a>	Outros documentos
42110 543	22/04/2019 10:34	<a href="#">Documento de Veículos</a>	Outros documentos
42110 560	22/04/2019 10:34	<a href="#">Boletim de Atendimento</a>	Outros documentos
42110 584	22/04/2019 10:34	<a href="#">BO</a>	Outros documentos
42110 606	22/04/2019 10:34	<a href="#">Autorização de procedimentos Ambulatorios</a>	Outros documentos
44086 053	06/06/2019 07:15	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
47346 770	24/07/2019 17:22	<a href="#">Citação</a>	Citação

Segue em anexo petição inicial e documentos diversos



## **ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr<sup>a</sup> JANAYNA ALVES**

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

---

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE UMA DAS  
VARAS DO CÍVEIS DA COMARCA DE NATAL, ESTADO DO RIO GRANDE DO  
NORTE, A QUEM COUBER POR DISTRIBUIÇÃO LEGAL.**

**WALDEBAM OLIVEIRA CRUZ**, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no CPF/MF sob o nº 120.316.741-53, portador do RG: 14.089.506 SSP/SP residente e domiciliado na Avenida Nascimento de Castro, nº 89, Dix Sept Rosado, Natal/RN, CEP: 59053-300, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de sua advogada, legalmente constituída, conforme procuração em anexo, com escritório profissional na Rua Comandante Petit, nº41, Centro, Parnamirim/RN, CEP: 59140-190, local onde deverá receber todas as intimações de praxe, propor a presente

### **ACÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

Em desfavor da **Seguradora Líder DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, com inscrição do CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço para citação na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, CEP: 20.031.205, Centro, Rio de Janeiro/RJ, pelas razões fáticas e jurídicas que passo a expor:



## **ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr<sup>a</sup> JANAYNA ALVES**

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

---

### **I - DA JUSTIÇA GRATUITA**

1. Inicialmente requer os benefícios da Justiça Gratuita, por ser pobre na forma da Lei, bem como pelo fato de que se tivesse que arcar com as custas e emolumentos judiciais encontrar-se-ia em estado de miserabilidade. Tudo com inteligência na Lei 1.050/60 e suas concomitantes legais.

### **II - DOS FATOS E DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

2. Em 14/05/2016, o Autor pilotava a motocicleta CG 125 FAN, de cor preta, ano 2008/2008, RENAVAN 00120378477, de placa NYR 0961, CHASSI 9C2JC30708R253233, em nome de EDIJANIO LEONARDO DA ROCHA ALVES, quando foi vítima de acidente de trânsito, ao transitar em via pública na comunidade Areia Branca, localizada no município São José do Mipibu/RN, quando um animal atravessou na frente da sua motocicleta e o autor perdeu o controle da moto e colidiu com um muro, sendo socorrido por seus familiares e levado ao Hospital da cidade com escoriações pelo corpo além de ter sido submetido a procedimento cirúrgico, porém ainda sofre com a lesão do joelho afetado, conforme boletim de atendimento do Hospital Regional Monsenhor Antônio Barros, em anexo.

3. Em decorrência desse trágico acidente o autor teve traumatismo no joelho e encontra-se em tratamento para sanar o desconforto causados.

4. Sendo assim, o Suplicante munido de documentação necessária, a que alude ao acidente automobilístico, vem requerer de direito o seguro DPVAT.

### **III - DA LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM:**

5. O Seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículo automotores de vias terrestres - DPVAT, conhecido popularmente como seguro obrigatório, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidente de trânsito em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa.



## ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr<sup>a</sup> JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

6. No caso em comento, é de direito do autor **perceber uma indenização por danos pessoais**, ante a seu estado de incapacidade, em caráter **PERMANENTE** do membro inferior direito, conforme laudo em decorrência aos danos causados pelo acidente.

### **IV - DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM:**

7. O art. 7º da Lei nº 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando de seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes ao seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será legítima para figurar no polo passivo que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

8. Nesse sentido também dispõe a Resolução CNSP 154/2006:

*“Art. 5º (...) §6º Os consórcios de que trata o caput deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a receber as reclamações que lhes forem apresentadas. §7º Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seu respectivos líderes.”*

9. Matéria também totalmente pacificada pela doutrina e jurisprudência dominante, que entendem que qualquer seguradora que faça parte da Seguradora Líder DPVAT S/A constitui-se parte legítima para o pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a Demandada, ora ré.

10. Quanto à legitimação passiva, mostra-se dirimida qualquer sombra de dúvidas, de sorte que qualquer seguradora, que atue na Seguradora Líder DPVAT S/A, formados pela reunião das empresas seguradoras e geridos pela seguradora Líder, poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.



## ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr<sup>a</sup> JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

### **V- DA DESNECESSIDADE DE PRÉVIO PROCEDIMENTO (REQUERIMENTO) ADMINISTRATIVO.**

11. A Lei nº 6.694/74(Instituto de Seguradora Líder DPVAT S/A), alterada pela Lei nº 11.945/2009, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, para pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte da Seguradora Líder DPVAT S/A, para tal fim.

12. É que os comandos legais acima elencados foram devidamente recepcionados pela norma constitucional vigente na questão em consonância com os princípios básicos estabelecidos e previstos dentro dos direitos e garantias fundamentais, tais como: O princípio da legalidade, inafastabilidade e indeclinabilidade da prestação jurisdicional.

13. O princípio da legalidade registra de forma sintética que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei. Para tanto, o princípio em questão serve de orientação para o legislador infraconstitucional, bem como aos cidadãos que estão sobre o prisma da carta constitucional. O princípio da legalidade mostra-se como preceito fundamental ao estado democrático de direito, ao tempo que estabelece freios ao poder do Estado, em sua relação com o cidadão.

14. Já o princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional, atribuída constitucionalmente ao poder judiciário, aduz que nenhuma norma legal ou outro ato normativo poderá fazer frente ou obstaculizar a atividade legítima do poder judiciário, na apreciação de lesão ou ameaça de lesão ao direito, sob pena de flagrante inconstitucional.

15. Neste sentido, o ilustre doutrinador Alexandre de Moraes, registra palavras a respeito da inexistência condicionada ou instância administrativa de curso forçado, aduzindo:

*“Inexiste obrigatoriedade de esgotamento da instancia administrativa para que a parte possa acessar o judiciário. A*



## ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr<sup>a</sup> JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

*Constituição de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de esgotamento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial, uma vez excluiu a permissão, que a emenda constitucionalidade n.º 7 há constituição anterior estabeleceria, de que a Lei condicionar-se o ingresso em juízo a exaustão das vias administrativas, verdadeiro obstáculo ao princípio do livre acesso ao judiciário.” (EM DIREITO CONSTITUCIONAL, 156 Ed, São Paulo).*

16. Pois bem, neste sentido andou bem a lei já mencionada que instituiu o DPVAT, sendo certo que a inexistência de prévio pleito administrativo está de acordo com os princípios basilares elegidos pelo poder constituinte originário, ao passo que qualquer forma de exigência a prévio esgotamento de via administrativa mostra-se ilegal e manifestamente inconstitucional.

17. É também o entendimento dos nossos Tribunais, ou seja, da desnecessidade de requerimento administrativo para pleitear a Ação de cobrança do seguro DPVT, vamos a eles:

"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR AUSÊNCIA DE PLEITO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE. PRINCÍPIO DO AMPLO ACESSO AO JUDICIÁRIO. ART. 5º, XXXV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA. PRECEDENTES. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO APELO. O fato do demandante não ter formulado pleito administrativo prévio para recebimento da indenização securitária, não obstaculiza o ingresso em juízo, Art. 5º, XXXV, da nossa Carta Magna. (Apelação Cível nº 2009.006430-0, julgamento em 18/08/2009, 2ª Câmara Cível, Relatora: Juíza Maria Zeneide Bezerra (Convocada)) (grifos acrescidos)



## ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr<sup>a</sup> JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

---

"CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. PRELIMINAR NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO SUSCITADA PELO APELADO. REJEIÇÃO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA REJEITADA. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. TRANSFERÊNCIA PARA O MÉRITO. MÉRITO: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE COM VEÍCULO AUTOMOTOR. INVALIDEZ PERMANENTE DO PUNHO ESQUERDO. INTERESSE DE AGIR AMPLAMENTE DEMONSTRADO. **DESNECESSIDADE DE PLEITO ADMINISTRATIVO ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO**. COMPROVAÇÃO DO FATO, DO DANO E DO NEXO DE CAUSALIDADE – INDENIZAÇÃO EM PERCENTUAL DO VALOR MÁXIMO LEI 6.194/74, NA REDAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA. PRECEDENTES. DESPROVIMENTO DO RECURSO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS." (*Apelação Cível nº 2009.013139-5, julgamento em 23/03/2010, 2ª Câmara Cível, Relator: Des. Aderson Silvino*) (grifos acrescidos)

18. Fica claro a desnecessidade de requerimento administrativo para se pleitear a Ação de Cobrança do DPVAT.

### **VI - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO:**

19. Anota o Art.5.º da Lei 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, vejamos:

*“ Art. 5.º - O pagamento de indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.*





## ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr<sup>a</sup> JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

---

20. Destarte, o§1.º, “a” do mesmo artigo, alterado pela Lei 8.441/92. Assevera que a indenização será paga mediante a apresentação dos seguintes documentos, a saber:

- a) *Certidão de Óbito*
- b) *Registro de Ocorrência no Órgão Policial competente*
- c) *Prova de qualidade de beneficiários em caso de morte.*

21. Reforçando a ideia do artigo acima citado pontifica o art. 7.º Caput, da Lei 6.194/74 ao estabelecer que:

*“Art. 7.º - A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, por seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido será pago nos mesmos valores, condição e prazo dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.*

22. Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do Prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

23. Independente do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na corte do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

*“STJ. Súmula 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT) não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.*

24. Sendo assim, é incontroversa a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão somente exigir prova de fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.



## **ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr<sup>a</sup> JANAYNA ALVES**

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

### **VII - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DESDE 29.12.2006, DATA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 340, POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI N° 11.482/2007:**

25. A Medida Provisória nº340 de 29 de dezembro de 2006, posteriormente convertida na lei nº11.482/2007, apenas transformou os 40 (quarenta) salários mínimos em reais, chegando ao valor de R\$ 13.500,00, sem prever a forma de atualização monetária. Para evitar que a indenização amargue, ano após ano, os efeitos da corrosão da moeda, até que se torne irrisória, existe a necessidade que o referido valor seja corrigido desde o dia 29/12/06.

26. Tal incidência decorre do fato da indenização não mais ser calculada com base no salário mínimo, o qual por si só mantinha-se atualizado, e sim, ter como o seu teto máximo, conforme ditames da Medida Provisória 340/2006, a quantia certa de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este que sofre depreciação inflacionária desde a sua previsão.

27. A atualização monetária serve para recompor o valor da moeda em razão da depreciação inflacionária ocorrente no país. Neste sentido, espera-se que o Judiciário, tendo sempre como norte o caráter eminente social do seguro obrigatório (DPVAT), pacifique o entendimento que esses valores (R\$ 13.500,00 ou R\$ 2.700,00) devem ser atualizados desde a referida MP, mormente levando-se em conta que a atualização monetária não representa nenhum plus, acréscimo, ônus ou penalidade, mas tão somente uma medida para evitar um enriquecimento ilícito à custa das já penalizadas vítimas do trânsito.

28. O Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná comunga, neste sentido, recentes julgados que pacificaram o entendimento:

“EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. ACIDENTE CAUSADO POR VEÍCULO ESTRANGEIRO IRRELEVÂNCIA INDENIZAÇÃO DEVIDA. QUANTUM INDENIZATÓRIO CALCULADO CONFORME A EXTENSÃO DA



## ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr<sup>a</sup> JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

INVALIDEZ DA VÍTIMA EXEGESE DO ARTIGO ARTIGO 3º, §1º, II, DA LEI 6194/74. **CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE DESDE A VIGÊNCIA DA MP 340/2006** TETO MÁXIMO INDENIZATÓRIO FIXADO EM R\$ 13.500,00 VALOR QUE SOFRE DEPRECIÇÃO DESDE A SUA PREVISÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO POR UNANIMIDADE. 1 - Frisa-se que mesmo se tratando de automóvel estrangeiro, a indenização referente a seguro DPVAT é devida. 2 - Tem-se como acertado o valor indenizatório fixado pelo juízo a quo (R\$4.725,00), eis que de acordo com os ditames do artigo 3º, §1º, II, da Lei 6194/74. 3- **No que tange à correção monetária, coaduna-se ao entendimento que para os casos posteriores à Medida Provisória 340/2006, o seu marco inicial deve ocorrer da vigência de tal norma.** Processo: 915183-5 (Acórdão) Relator (a): José Laurindo de Souza Netto Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível Comarca: Foz do Iguaçu Fonte/Data da Publicação: DJ: 943 06/09/2012”

“APELAÇÃO CÍVEL COBRANÇA DO SEGURO DPVAT AUSÊNCIA DE PLEITO ADMINISTRATIVO - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A INSTRUÇÃO DO PROCESSO APRESENTADOS – INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ DA VÍTIMA LAUDO PERICIAL QUE ATESTA A INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA VALOR DA INDENIZAÇÃO SEGUNDO O GRAU DE REPERCUSSÃO EXEGE DO INCISO II, DO §1º, DO ART. 3º DA LEI 6.194/74 - *CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO.* – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - LIMITE PREVISTO PELA LEI Nº 1.060/50 INAPLICABILIDADE. RECUSOS DESPROVIDOS. 1- A inexistência de pedido administrativo não pode levar ao reconhecimento da falta de interesse processual, nem, tampouco, no indeferimento da inicial. 2 Os documentos acostados aos autos demonstram a existência de acidente automobilístico com vítima, sendo, pois, suficientes para embasar a indenização pretendida. 3 – A combinação do artigo 3º, II, com o artigo 5º, §5º, da Lei 6.194/74, que taxativamente limita a indenização do Seguro Obrigatório em



## ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr<sup>a</sup> JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

"até" R\$13.500,00, permite concluir que o valor da cobertura nos casos de invalidez permanente, varia conforme o grau de incapacidade da vítima. 4 - Estabelecido que o valor da indenização deve ser calculado com base no valor estabelecido pela MP 340/2006, é a partir sua entrada vigor que deve incidir a correção monetária, vez que nada acrescenta ao capital, apenas recompõe o poder da moeda. 5 - Sendo vencedora a parte que estava ao abrigo da assistência judiciária gratuita, a fixação de honorários advocatícios prevista no artigo 11, § 1º, da Lei nº1.060/50, pode ultrapassar o limite de 15% (quinze por cento), desde que observadas as regras previstas no CPC, norma geral que prevalece sobre a regra específica contida no mencionado dispositivo. (TJPR - 10ª C.Cível - AC 914227-8 - Londrina - Rel.: Luiz Lopes - Unânime - J.19.07.2012)"

### VIII- DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

29. A vigente redação da Lei nº 6.194/74, resultado das modificações oriundas das medidas Provisórias nº 340/2006 (convalidada pela Lei nº 11.482/2007) e nº 451/2008 (Lei nº 11.945/2009), dispõe que o seguro DPVAT destina-se a indenizar os seguintes danos, nos valores:

*"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (...) I- R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte; II- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; e III- até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidentes e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente parcial completa e incompleta conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o dispositivo abaixo: (Incluído pela Lei 11.945, de 2009). I – quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente*



## ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr<sup>a</sup> JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

*enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura, e (Incluído pela Lei nº11.945, de 2009). II – quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funciona na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais. (Incluído pela Lei nº11.945, de 2009).”(grifamos)*

30. A tabela a que se refere o dispositivo, agora como anexo à Lei nº 6.194/74, está assim desenhada:

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livres deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70



## ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr<sup>a</sup> JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

FONTE: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l6194.htm#art33](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l6194.htm#art33)

### IV - DA PERÍCIA

31. Diante da situação fática, se o Doutor Julgador entender a necessidade de se fazer Exame Pericial, segue os quesitos que deverão ser respondidos pelo (o) perito (a):

- a) Quais as lesões sofridas pelo Autor?
- b) As lesões decorreram de acidente de trânsito?
- c) Dessas lesões resultou invalidez permanente de membros, sentido ou função; incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente?
- d) Total ou em parte? Havendo, em que percentual?



## ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr<sup>a</sup> JANAYNA ALVES

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

---

### X - DOS PEDIDOS

32. Por tudo resta acima exposto, requer o Autor, que Vossa Excelência se digne a:

a) Receber a presente ação, deferindo a mesma, os benefícios da Justiça Gratuita, nos moldes e pelos fatos acima mencionados, além disso, impingir a mesmo o rito sumário, conforme disposição expressa do art. 275 e SS do CPC;

b) Determinar a citação dos Réus nos endereços acima declinado, para que as mesmas produzam as suas defesas, querendo, sob pena de ser decretada a revelia e as penalidades decorrentes de tal fato.

c) Sejam aplicadas as regras da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sobretudo **A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA** em favor do Autor, como bem preceitua o art. 6º, inc. VIII, da aludida lei que afirma: “**a facilidade da defesa dos seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova em seu favor, em processo civil, quando, a critério do juiz for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências**”.

d) Julgar a demanda **PROCEDENTE EM SUA TOTALIDADE**, condenando o Réu a pagar ao Autor o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) a título de indenização do seguro DPVAT, **corrigindo desde a data da Medida Provisória nº340/2006**, posteriormente convertida na lei nº11.482/2007, **acrescido de juros de mora**, em conformidade com as Súmulas 43 e 54 do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

e) Que sejam condenados os Réus aos honorários, arbitrados em 20% sob o valor da condenação.



## **ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA Dr<sup>a</sup> JANAYNA ALVES**

Rua: Comandante Petit, 41, Centro – Parnamirim/RN - CEP: 59.140.190 - Fone: 3272-6235

Email: advjanaynaalves@gmail.com

---

f) Entendendo Vossa Excelência necessidade de perícia, que sejam respondidos os quesitos do item IV.

g) Protesta provar por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente prova documental e depoimento pessoal do preposto da Ré, ulterior juntada de documentos e oitivas de testemunhas, se entender necessário.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede e espera deferimento.

Natal/RN, 16 de dezembro de 2016.

**JANAYNA MARIA ALVES BEZERRA**

OAB/RN nº 9.776





## PROCURAÇÃO

OUTORGANTE Waldebom Oliveira Cruz,  
brasileiro, casado, representado, inscrito sob o número  
de RG: 14.089506, e inscrito sob o nº de CPF: 120.316.741-53, residente  
e domiciliado na Av. Nascimento de Castro, nº 89, bairro  
Dx Sept Roca, CEP: 59.053.300, Natal/RN.

OUTORGADO JANAYNA MARIA ALVES BEZERRA, brasileira, casada, advogada, inscrita na  
OAB Nº 9776/RN, com escritório estabelecido na AV: Comandante Petit nº 41, centro, CEP.  
59.140. 195, Parnamirim/RN, telefone (84) 3272-6235, onde recebe citações intimações e  
avisos.

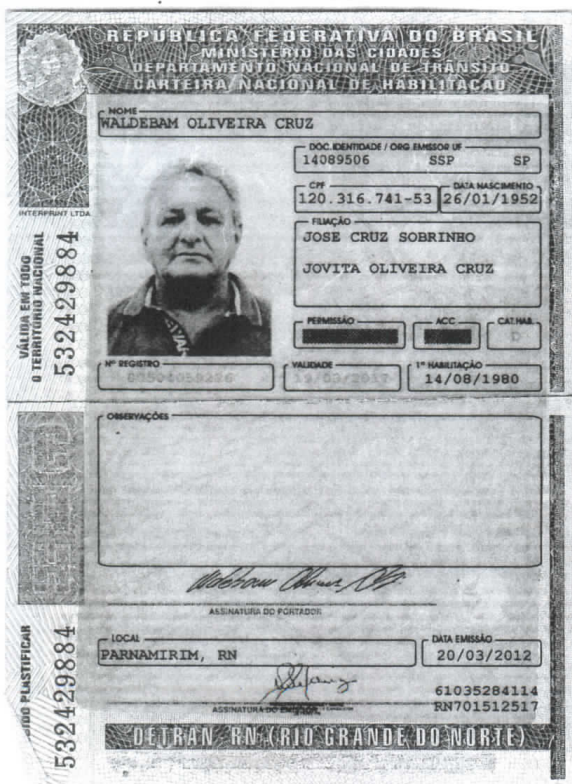
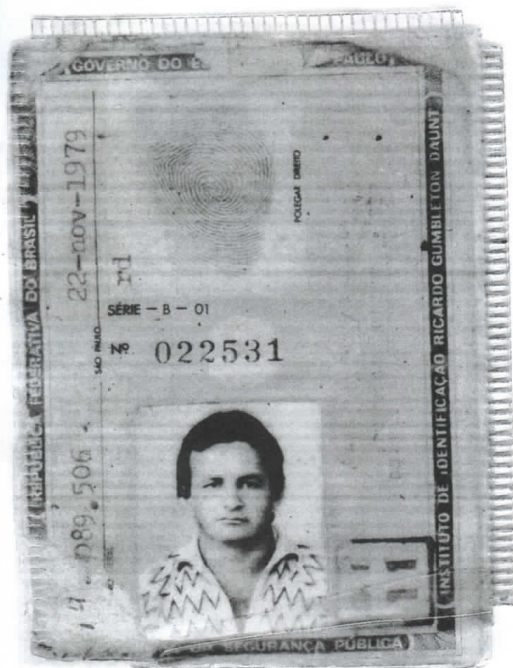
PODERES \_ A quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad-judicia,  
em qualquer instância judicial e/ou nos atos extrajudiciais nos termos do Art. 38 do CPC, para  
representar em quaisquer órgãos públicos, seja judicial ou administrativamente, podendo  
ainda, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito  
sobre que se funda a ação, dar e receber quitação, firmar compromisso conjunta ou  
separadamente, substabelecer, com ou sem reserva de poderes, enfim, praticar todo e  
qualquer ato necessário para o bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive a  
propositura e o encaminhamento de recursos até o final da instância, dando tudo por bem,  
firme e valioso.

Parnamirim, 16 de dezembro de 2016.

Waldebom Oliveira Cruz

OUTORGANTE







Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NOTA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética do Rio Grande do Norte  
Rua Mermoz, 150, Baldo, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250  
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Insc. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.brDADOS DO CLIENTE  
RAIMUNDA ANA DE MOURAENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA  
AV NASCIMENTO DE CASTRO 89

CPF 414.176.824-34

DIX-SEPT ROSADO/AREA URBANA  
NATAL RN  
59052-300

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL  
RESIDENCIAL  
Monofásico

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
7003690053	08/2016
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
10/08/2016	03/09/2016
TOTAL A PAGAR (R\$)	
135,63	

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
000148592	UNICA	03/08/2016
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
03/08/2016	3010345140	703878

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL			
DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	116,0000000	0,53721176	116,03
Contribuição Iluminação Pública			13,13
Multa por atraso-NF 000126772 - 04/07/16			2,30
Juros por atraso-NF 000126772 - 04/07/16			0,03
Doação SEMINÁRIO SÃO PEDRO - 3615-2819			5,00
Pagamento Interrupção Energia			-0,86
TOTAL DA FATURA			135,63

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA	ANTERIOR	ATUAL	Nº DE	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)	
20110481	CAI	04/07/2016	11 112,34	03/08/2016 11 328,00	30	1,00000		216,00	

HISTÓRICO DE CONSUMO			INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS			COMPOSIÇÃO DO CONSUMO		
Mês/Ano kWh			BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO		R\$	%
AGO 16 216						Geração de Energia	43,57	37,54
JUL 16 216		ICMS	116,03	18,00	20,88	Transmissão	3,29	1,97
JUN 16 216		PIS	116,03	1,03	1,19	Distribuição (Cosern)	37,65	23,83
MAY 16 245		COFINS	116,03	5,51	6,39	Encargos Setoriais	13,96	12,03
ABR 16 264						Tributos	28,46	24,53
MAR 16 306						Total	116,03	100
FEV 16 208						TARIFAS APLICADAS		
JAN 16 208						Consumo Ativo(kWh)		0,40638000
DEZ 15 232						RESERVADO AO FISCO		
NOV 15 206						99C0 4ACD 5B7B 639B DFE1 91CF 5EBE DCF8		
OUT 15 281								
SET 15 226								
AGO 15 215								

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser realizado em espécie. Na data da leitura a unidade em vigor é a Verde. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br). Pagamento em débito para a Multa 2% (Res. 414/ANES, 5/6/07) e Juros 1% a.m (Lei 10.438-25/04/02), no próximo mês. O cliente é compensado quando há voltagem, ou na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. O cliente é compensado quando há desconformidade do padrão de qualidade de atendimento. O consumidor pode cancelar a cobrança de serviços de terceiros na fatura a qualquer tempo. Art. 7º REE 581/11.

Não existem débitos de 2015 e anos anteriores. Esta declaração substitui, para comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as declarações dos faturamentos mensais (Art. 4º, Lei 12.007/09). Esta declaração não altera o status de parcelamentos/condições de dívidas nem faturas em discussão judicial que podem ser cobradas após o fim do processo judicial.

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					NÍVEL DE TENSÃO		
CONJUNTO	VALOR	LIMITE	LIMITE	LIMITE	TENSÃO	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
CENTRO	APURADO	MENSAL	TRIMESTRAL	ANUAL	NOMINAL (V)	MÍNIMO	MÁXIMO
DIC	5,37	5,07	10,15	20,30	220	202	231
FIC	2,00	3,17	6,35	12,70			
DMIC	3,80	-	0,00	0,00			
Linha DICI 12,22 EJSO - Vol.					-go de Uso do Sistema de Distribuição = R\$ 40,32		



Assinado eletronicamente por: JANAYNA MARIA ALVES BEZERRA - 22/04/2019 10:33:41

<http://pje1g.trjrn.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042210300300800000040730821>

Número do documento: 19042210300300800000040730821



## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos  
Consórcios do Seguro DPVAT

### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0053825/18  
Vítima: WALDEBAM OLIVEIRA CRUZ  
CPF: 120.316.741-53

CPF de: Próprio

Data do Acidente: 14/05/2016  
Titular do CPF: WALDEBAM OLIVEIRA CRUZ

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Comprovação de ato declaratório  
Declaração de Inexistência de IML  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação  
DUT

#### JANAYNA MARIA ALVES BEZERRA : 073.999.814-50

Comprovante de residência  
Declaração Circular SUSEP 445/12  
Documentos de identificação  
Procuração

#### WALDEBAM OLIVEIRA CRUZ : 120.316.741-53

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência

#### ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

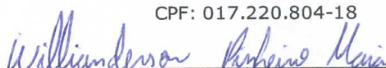
#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 09/02/2018  
Nome: JANAYNA MARIA ALVES BEZERRA  
CPF/CNPJ: 073.999.814-50

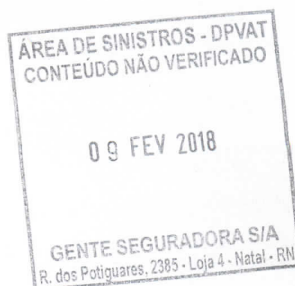
JANAYNA MARIA ALVES BEZERRA

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 09/02/2018  
Nome: WILLIANDERSON PINHEIRO MAIA  
CPF: 017.220.804-18



WILLIANDERSON PINHEIRO MAIA





Estado do Rio Grande do Norte  
Prefeitura Municipal de São José de Mipibu  
Secretaria Municipal de Saúde  
Rua Barão de Mipibu, nº 42, Centro, São José de Mipibu  
CNPJ/MF 08.365.850 / 0001-03

### FICHA DE REFERÊNCIA / ENCAMINHAMENTO

UNIDADE DE ORIGEM SOLICITANTE <i>HCS Azua Parana</i>		ESPECIALIDADE <i>Ortopedia</i>	
NOME DO PACIENTE <i>Valdison Oliveira Cruz</i>		DATA DE NASCIMENTO <i>26.10.1952</i>	
NOME DA MÃE			
ENDEREÇO <i>Azua Parana</i>			
SEXO M ( <input checked="" type="checkbox"/> ) F ( )	CPF	IDENTIDADE/ÓRGÃO EMISSOR	MUNICÍPIO DE ORIGEM

### RELATÓRIO DA UNIDADE DE ORIGEM

RESUMO CLÍNICO: (HISTÓRIA CLÍNICA E EXAME FÍSICO DO PACIENTE) <i>(Paciente sofreu acidente com queda no joelho).</i>		
HIPÓTESE DIAGNÓSTICA:	<i>Carine de Souza Clínica Médica CRM 1572</i>	PRIORIDADE 1 ( ) 2 ( ) 3 ( )
LOCAL E DATA DE SOLICITAÇÃO <i>A. Parana, 09.08.16</i>	MÉDICO SOLICITANTE/CRM (ASSINATURA E CARIMBO) <i>[Assinatura]</i>	

### PARA USO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO

UNIDADE EXECUTANTE:	PRONTUÁRIO DE EXECUTANTE	CÓDIGO DO ATENDIMENTO
ENCAMINHADO PARA DR.	DIA	HORA

### FICHA DE CONTRA REFERÊNCIA

#### RELATÓRIO DA UNIDADE DE REFERÊNCIA

NOME DO PACIENTE		CÓDIGO DO ATENDIMENTO
DIAGNÓSTICO	CID	
CONDUTA ADOTADA		
MÉDICO EXECUTANTE/CRM (ASSINATURA E CARIMBO)	LOCAL E DATA	
A ficha de Contra-Referência deverá acompanhar o paciente, visto que este é a sua garantia de retorno.		





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

DETRAN - RN 9939/0938 Nº 012528769620  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 00120378477 R.N.T.R.C. \*\*\*\*\* EXERCÍCIO 2016

NOME

EDILANIO LEONARDO DA ROCHA ALVES

CPF / CNPJ

017.412.494-57

PLACA

MYR0961

PLACA ANT. / UF

MYR0961/RN

CHASSI

9C2JC30708R253233

ESPÉCIE TIPO

PASSEIRO/MOTOCICLETA/NAO APLICAVE

COMBUSTÍVEL

GASOLINA

MARCA / MODELO

HONDA/CG 125 FAN

ANO FAB.

2008

ANO MOD.

2008

CAP. / POT. / CIL

OCV/124 CILINDRADAS

CATEGORIA

PARTICULAR

COR PREDOMINANTE

PRETA

COTA ÚNICA

RS 0.00

VENC. COTA ÚNICA

11/05/2016

VENC. / COTAS

1º PAGO

FADIA I.R.V.A.

002811 3X

PARCELAMENTO / COTAS

RS \*\*\*\*\*

2º PAGO

3º PAGO

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

DATA DE PAGAMENTO

\*\*\* TAXAS DETRAN: PAGO \*\*\* DPVAT: PAGO

OBSERVAÇÕES

NOTOR: JC30E7B2 53233 DE PORTE OBRIGATORIO  
NAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA

LOCAL

SÃO JOSE DE RIBESÃO/RN

DATA

11/05/2016

Coordenador de Registro de Veículos

DETRAN - RN

EXPEDIENTE

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS  
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

RN Nº 012528769620 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

[www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br)

SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO

2016

DATA EMISSÃO

11/05/2016

VIA

1

CPF / CNPJ

017.412.494-57

PLACA

MYR0961

RENAVAM

00120378477

MARCA / MODELO

HONDA/CG 125 FAN

ANO FAB.

2008

CAT. TARE

9

Nº CHASSI

9C2JC30708R253233

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$)

DETRAN (R\$)

CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$)

IOF (R\$)

TOTAL A SER PAGO PELO SEGURO (R\$)

PAGAMENTO

☐ COTA ÚNICA

☐ PARCELADO

DATA DE QUITAÇÃO

**SEGURADORA LÍDER - DPVAT**

CNPJ 09.248.608/0001-04

[www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)

NOV/2015



PRESCRIÇÃO MÉDICA

01 - Omeprazole + pantoprazol +  
lactulose.

02 - vitaminas A, B, C, D, E, K, Jn.

03 - S 6.5 % — 1.000 l EV.

04 - 05 ml/kg! por 02h. *[Signature]*

05 - Wyphene 500 + sint d. 100

DATA: 14/05/16 MÉDICO: *[Signature]*

DATA: 19/05/16

MÉDICO:

[illegible]

+

Secretaria de Estado da Saúde Pública - RN

**HRMAB**

Hospital Regional

Monsenhor Antônio Barros

2.042

### BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA

NOME: <u>Waldemar Oliveira Cruz</u>		Nº DOC.: <u>14 08 95 06</u>	
DN.: <u>26/01/52</u>	SEXO: <u>masculino</u>	E. CIVIL: <u>casado</u>	PROFISSÃO: <u>Aposentado</u>
NOME DA MÃE: <u>Yvete Oliveira Cruz</u>			
ENDEREÇO: <u>Av. Natal - nº 1025</u>		BAIRRO: <u>Centro</u>	
PONTO DE REFERÊNCIA: _____		FONE / CONTATO: _____	
CIDADE: <u>SJM</u>	DATA: <u>14/05/16</u>	HORA ENT.: <u>18:30h</u>	
SUS: <u>700 0034 0846 8004</u>		CEP: <u>50.162-000</u>	
<b>CONDIÇÕES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO</b>			
<input type="checkbox"/> APARENTEMENTE BEM <input type="checkbox"/> REGULAR <input type="checkbox"/> C/ DISPINEIA <input type="checkbox"/> CHOCADA <input type="checkbox"/> COMATOS <input type="checkbox"/> C/ HEMORRAGIA <input type="checkbox"/> EM CONVULSÃO <input type="checkbox"/> POLITRAUMATIZADO <input type="checkbox"/> AGITADO <input type="checkbox"/> OUTROS _____ ALEGANDO ACIDENTE DE TRABALHO <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO			
História – Causa Eficiente de Lesão (ALEGADA) HORA A: _____ <div style="text-align: center; font-size: 1.2em; margin-top: 10px;"> <i>queda de moto</i> </div>			
Exame Físico – Lesão ou Afecções Encontradas <div style="text-align: center; font-size: 1.2em; margin-top: 10px;"> <i>nenhuma lesão encontrada</i> </div>			
MmHg: <u>130x90</u>	pulso: _____	respiração: _____	temperatura: _____
Diagnóstico provisório: <div style="text-align: right; margin-top: 10px;">030106006-1</div> <div style="text-align: right; margin-top: 20px;">03.01.10.001-2</div>			

SAÍDA: DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ HORA: \_\_\_\_\_

☐ ALTA

☐ TRANSFERÊNCIA – DESTINO: \_\_\_\_\_

☐ ÓBITO – DESTINO: \_\_\_\_\_







ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL  
DELEGACIA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU-RN  
Rua Bela Vista, nº. 305, Centro, São José de Mipibu/RN, Fone (84) 3273-2209.

### BO 2045/16

São José de Mipibu/RN, 20 de outubro de 2016 às 8:40

#### **NATUREZA DA OCORRÊNCIA: Lesão de Corporal Culposa ( Acidente de trânsito**

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Avenida Santa Elisa, Areia Branca, São José de Mipibu-RN

DATA E HORA DO FATO: 14 de maio de 2016 por volta das 18:00

#### **COMUNICANTE: Waldebam Oliveira Cruz RG. 14089506 SSP.SP**

FILHO DE: José Cruz Sobrinho e de Jovita Oliveira Cruz

DATA NASC. 26.1.1952 NATURAL DE: São Mamede/SP

ENDEREÇO: Avenida Santa Elisa, Areia Branca, São José de Mipibu-RN

CPF: 120.316.741-53

Profissão: COMERCIANTE-APOSENTADO Telefone: 9468-5290

#### **Suposto Autor do Fato: Prejudicado**

**HISTÓRICO:** O comunicante informou que estava pilotando sua motocicleta de marca Honda CG 125 fan, de cor preta, ANO 2008/2008, RENAVAN 00120378477, PLACA NYR 0961, CHASSI 9C2JC30708R253233, registrado em nome EDIJANIO LEONARDO DA ROCHA ALVES, bem próximo a sua casa na localidade de Areia Branca, município desta cidade, quando um animal atravessou na frente de sua motocicleta e ele perdeu o controle da motocicleta; QUE, colidiu com o muro e foi socorrido pelos seus familiares ao hospital regional desta cidade; QUE as escoriações foram todas do lado direito, foi submetido a procedimento cirúrgico e ainda se encontra com o joelho direito inchado pela SAMU para o hospital Deoclécio Marques em Parnamirim e sofreu uma lesão no joelho Nada mais.

Providência Adotadas: Entrega de 1ª deste BO ao comunicante para dar entrada no Seguro DPVAT.

Comunicante

APC Ana Andressa  
Mat. 170.188-6



## AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS

Chave de Confirmação:

**90120**

### UNIDADE SOLICITANTE

Nome:	Cod. CNES:	Op. Solicitante:	Op. Autorizador:	Op. Videofonista:
CENTRO DE REFERENCIA	2560127	CENTRAL2SJM	CENTRAL2SJM	

### UNIDADE EXECUTANTE

Nome:	Cod. CNES:			
CENTRO DE REFERENCIA	2560127			
Endereço:	Número:	Complemento:	Bairro:	
RUA BOMFIM	S/N	---	CENTRO	
Telefone:	CEP:	Município:		
(84) 3273-2488	59162-000	SAO JOSE DE MIPIBU - RN		
Profissional Executante:	Data e Horário de Atendimento:			
RODRIGO JOSE FERNANDES CABRAL	<b>QUA • 28/09/2016 • 07:00hrs</b>			

### DADOS DO PACIENTE

CNS:	Nome:	Nome Social / Apelido:	
700001408458004	WALDEBAM OLIVEIRA CRUZ	---	
Nome da Mãe:	Sexo:	Data Nascimento:	Idade:
JOVITA OLIVEIRA CRUZ	MASCULINO	26/01/1952	64 anos
Tipo Sanguíneo:	Raça:		
---	BRANCA		
Nacionalidade:	Naturalidade:		
BRASILEIRA	SAO MAMEDE - PB		
Tipo de Logradouro:	Nome do Logradouro:	Número:	Complemento:
AVENIDA	NATAL	1025	---
Bairro:	Município de Residência:	CEP:	
QUEBRA FUZIL	SAO JOSE DE MIPIBU - RN	59162-000	
Telefone(s):			
(84) 9468-5290 <i>(Exibir Lista Detalhada)</i>			

### DADOS DA SOLICITAÇÃO

Código da Solicitação:	Data de Solicitação:	Data de Aprovação:	Vaga Solicitada:	Vaga Consumida:
<b>176492575</b>	26/08/2016	26/08/2016	1ª Vez	1ª Vez
CPF Profissional Solicitante:	Profissional Solicitante:			
737.258.204-06	ANA KARINA DA SILVA MOURA			
Diagnóstico Inicial:	CID:	Classificação de Risco:		
EXAME GERAL E INVESTIGACAO DE PESSOAS SEM QUEIXAS OU DIAGNOSTICO RELATADO	Z00	AZUL - ATENDIMENTO ELETIVO		
Procedimentos Autorizados:	Cod. Unificado:	Cod. Interno:		
CONSULTA EM ORTOPEDIA	0301010072	2300025		

Data da Extração dos Dados: 26/08/2016 10:12:20





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
20ª Vara Cível da Comarca de Natal  
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

0815333-95.2019.8.20.5001

AUTOR: WALDEBAM OLIVEIRA CRUZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

#### **DECISÃO**

Vistos,

Considerando o preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos da petição inicial, bem como o atendimento às condições da ação, não sendo caso de improcedência liminar do pedido, recebo a inicial.

Haja vista a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

Consoante preconiza o Enunciado n.º 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”.

Com efeito, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10(dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

P. I. Cumpra-se.

Natal, 6 de junho de 2019

ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES

Juiz(a) de Direito  
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
20ª Vara Cível da Comarca de Natal  
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

### **CARTA DE CITAÇÃO**

A(o) Sr.(a)

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5 Andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

De ordem da Exma. Sra. Dra. ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES, Juiz(a) de Direito, na forma da lei e em conformidade com a decisão judicial proferida nos autos do processo abaixo identificado, fica Vossa Senhoria CITADA, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjrj.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando o código 19042210294537900000040730801, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado.

É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

Proc. nº 0815333-95.2019.8.20.5001

AUTOR: WALDEBAM OLIVEIRA CRUZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Natal, 24 de julho de 2019

LUCIANA VALERIA FARIAS GARCIA

Chefe de Secretaria

*(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)*

<p>20ª Vara Cível da Comarca de Natal</p> <p>Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250</p> <p>Processo: 0815333-95.2019.8.20.5001</p>	<p>20ª Vara Cível da Comarc</p> <p>Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelári 59064-250</p> <p>Processo: 0815333-95.2019</p>
<p>Destinatário:</p> <p>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Rua Senador Dantas, 74, 5 Andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205</p>	<p>Destinatário:</p> <p>SEGURADORA LIDER DOS CONSORC DPVAT S.A. Rua Senador Dantas, 74, 5 Andar, Centro, - CEP: 20031-205</p>